

CONTRAPONTO DA CONSOLIDAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO CERRADO BRASILEIRO

Antonio Joaquim da Silva¹

Maria do Socorro Lira Monteiro²

Marlúcia Valéria da Silva³

Resumo

Embasado numa revisão de literatura, este artigo discute, criticamente, a participação estatal para a origem e difusão do agronegócio no Brasil, inclusive, as consequências de sua consolidação ante à preservação do patrimônio natural e identitário dos territórios, particularmente no bioma Cerrado. Conclui-se que os impactos socioambientais resultantes do avanço do agronegócio nos Cerrados causaram externalidades negativas sobre as paisagens, principalmente, nas relações sociais de trabalho, na organização dos sistemas produtivos, nos recursos naturais e no sentido simbólico da produção tradicional de culturas de consumo local e regional, caracterizando-se, portanto, como mecanismo de rugosidades da inércia do espaço geográfico, por afetar a sustentabilidade dos bens ambientais e os modos de vida do agricultor familiar.

Palavras-chave: Cerrados; modos de vida; modernização do campo.

COUNTERPOINTS OF CONSOLIDATION OF AGRIBUSINESS IN THE BRAZILIAN CERRADO

Abstract

Based upon a literature review, this article discusses, critically, the state's role in the origin and dissemination of agribusiness in Brazil, including the consequences of its consolidation regarding the preservation of natural resources and identity of the territories, particularly in the Cerrado biome. It is concluded that the socioenvironmental impacts resulting from the advance of agribusiness in the Cerrados have caused negative externalities regarding landscapes, especially the social relationships of labor, the organization of production systems, natural resources and the symbolic meaning of the traditional production of local and regional consumption cultures, therefore characterized as a mechanism of roughness of

¹ Professor de Geografia do Departamento de Formação de Professores e Letras/Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, Campus Teresina Central.
Email: antoniojoaquim@ifpi.edu.br

² Professora Doutora do Departamento de Ciências Econômicas/Universidade Federal do Piauí – UFPI. Email: socorrolira@uol.com.br

³ Professora Pós-Doutora do Departamento de Sociologia/Universidade Federal do Piauí – UFPI.
Email: valeriasil@uol.com.br

inertia of the geographical space, due to the fact it affects the sustainability of environmental assets and the livelihoods of family farmers.

Keywords: Cerrados; ways of life; modernization of the countryside.

Introdução

Desde o início da década de 1990, intensificou-se a abertura da economia brasileira ao mercado internacional, cuja participação do *agribusiness* ou agronegócio, que de acordo com Antonello (2011), constitui a integração de capitais agrários, industriais e financeiros, vem se destacando, ocupando expressivo lugar na composição do Produto Interno Bruto (PIB) e redundando em superávits crescentes da balança comercial.

Conseqüentemente, de 1990 a 2013, as exportações com produtos de origem rural, que eram de US\$ 12,99 bilhões, passaram para US\$ 99,7 bilhões, representando uma evolução de 667,5% no período. Naquele último ano, corresponderam a 41,28% das vendas externas, registrando alta de 4,3% em relação ao ano anterior. Com esse desempenho, se computou US\$ 2,56 bilhões de saldo da balança comercial, ocasionando superávit de US\$ 82,9 bilhões; impactando em 22,54% no PIB (BRASIL, 2014).

Se por um lado, as vantagens apresentadas realçam a importância do setor para a economia, por outro lado, despertam as preocupações sobre as implicações sociais e ambientais decorrentes do seu avanço, já que para Silva (2011), o agronegócio altera profundamente as relações de trabalho, instala novas realidades nas paisagens, nos hábitos, no consumo e nas sociabilidades. Por meio das trocas assimétricas que desencadeia, modifica as condições de existência locais e, especialmente, deflagra processos que inviabilizam a reprodução da agricultura familiar e das culturas tradicionais que lhe antecederam nos territórios rurais.

Assim, o avanço do agronegócio para as chamadas fronteiras de ocupação agrícola na Amazônia e Cerrado⁴, visando potencializar o capital (MORAES, 2009), através da produção de grãos e carnes, vem se mostrando prejudicial à manutenção dos estoques de patrimônio natural e cultural nos ambientes em que aporta.

Haesbaert (2006, p.166) alerta que essa condição tem incrementado, naqueles espaços, uma modernização arrasadora, que impõe uma padronização produtiva baseada no modelo de desenvolvimento dominante, inclusive, devido à rapidez atroz das novas tecnologias que “transforma num ritmo alucinante a paisagem e incorpora áreas imensas numa mesma rede hierarquizada de fluxos, alinhavada em escalas que vão muito além dos níveis local e regional”.

Tendo em vista esta exposição, questiona-se o papel desempenhado pelo Estado no processo de desenvolvimento do agronegócio no Brasil e, particularmente, no bioma Cerrado, especialmente, no que se refere à concentração da terra, ao desmatamento e a desterritorialização dos modos de vida rurais.

Assim, o objetivo deste artigo é analisar criticamente a origem e difusão do agronegócio no país, principalmente, sua expansão nos cerrados, enfatizando a participação estatal nesse contexto e as repercussões advindas de tal situação. Para tanto, se embasa na revisão de literatura, por meio de fontes bibliográficas que tratam da questão posta. Logo, está dividido em seis seções, além da introdução. A segunda seção debate as opiniões teóricas e conceituais sobre as rugosidades do espaço geográfico; a terceira seção destaca a temática do agronegócio, descrevendo suas raízes históricas; a quarta seção expõe a conjuntura de origem e difusão do agronegócio no Brasil, sobretudo a participação estatal nesse cenário; na quinta seção, são explicitados os modos de vida rurais, com as implicações negativas da consolidação do agronegócio nos cerrados; por fim, são feitas algumas considerações conclusivas.

⁴ O Cerrado é o segundo maior bioma do Brasil, composto por ervas, arbustos e plantas lenhosas localizadas em topografia ondulada e largos interflúvios entre os afluentes das bacias do Amazonas, Paraná/Paraguai e São Francisco; o clima predominante é Tropical Sazonal, de inverno seco e médias anuais de precipitações entre 1200 e 1800 mm, que possibilitam uma variação média de temperatura entre 22° e 23° C. Os solos são ácidos, profundos, porosos e ricos em alumínio saturado, mas deficientes em bases de cátions, fósforo e nitrogênio, características que intervêm para a aplicação de químicos, sobretudo calcário, objetivando elevar a fertilidade (JEPSON; BRÄNNSTRÖM; FILIPPI, 2010).

Rugosidades do espaço geográfico: as contradições do avanço capitalista

Segundo Motta (2006), a demanda por recursos ambientais para produção e consumo de bens induz a geração de *externalidades* ou *benefícios externos*, cuja natureza se daria de forma positiva e negativa. A primeira seria aquela não apropriadamente paga na conformação de um bem-estar (produtos ou recursos naturais); já a segunda representa os chamados custos externos, que significam deseconomias por não terem utilidade.

Nesse sentido, para Santos (2008, p.39), o espaço geográfico é resultado da sistematização de objetos e ações humanas sobre o meio ambiente, justificada pelo paradigma da modernização da sociedade e, desse modo, manifesta-se como meio técnico/científico/informacional. Realça que a natureza se subordina aos interesses do capital, cujo caráter pragmático endossa satisfazer os desejos, as vontades e hábitos que implicam ou inspiram comportamentos filosóficos e práticos, as relações interpessoais e a comunhão ampliada. Dessa maneira, acentua que o espaço geográfico pode ser visto pela combinação entre tecnoesfera ou artificialização da natureza, e psicoesfera ou produção de sentidos, posto que a cada momento, “o ponto de partida é a sociedade humana se realizando. Essa realização se dá sobre uma base material: o espaço e seu uso, o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas, as ações e suas diversas feições”.

De acordo com Santos (2008, p.19), o conjunto de formas impõe a analogia das práticas depositadas nas coisas que, a grosso modo, tornam-se condição para novas práticas, ou seja, “os objetos que nos servem são, cada vez mais, objetos técnicos, criados para atender a finalidades específicas. As ações que contêm são aprisionadas por finalidades que raramente nos dizem respeito”.

Para Bauman (2001), tal situação se verifica pela ostensiva adoção da técnica na mediação tanto dos processos produtivos quanto dos modos de vida partilhados. O avanço da técnica viabiliza uma rotina de produção/circulação/consumo de bens em ciclos cada vez mais curtos, instituindo o *ethos* do efêmero, do descartável, como orientação maior dos produtos, das relações e das experiências pessoais.

Outrossim, uma vez que a inovação é permanente e estamos cada vez mais dependentes dela, há uma tendência à crescente alienação e subordinação à expansão do consumo, posto que:

A técnica é a grande banalidade e o grande enigma, e é como enigma que ela comanda nossa vida, nos impõe relações, modela nosso entorno, administra nossas relações com o entorno. [...] Ontem, a técnica era submetida. Hoje, conduzida pelos grandes atores da economia e da política, é ela que submete. Onde está a natureza servil? Na verdade, é o homem que se torna escravizado, num mundo em que os dominadores não querem dar-se conta de que suas ações podem ter objetivos, mas não têm sentido. O imperativo da competitividade, uma carreira desatinada sem destino, é o apanágio dessa dissociação entre moralidade e ação que caracteriza a implantação em marcha da chamada “nova ordem mundial”, onde os objetivos humanos e sociais cedem a frente da cena, definitivamente, a preocupações secamente econômicas, com o papel hoje onímodo da mercadoria, incluindo a mercadoria política (SANTOS, 2008, p.20-23).

Por essa razão, Camargo (2012, p.90) ressalta que o conceito de tempo atravessou a noção de tempo orgânico, cíclico e rítmico, chegando ao tempo como parâmetro funcional, com valor científico e econômico. Nesse sentido, a ideia de tempo passou a ser associada à dinâmica produtiva, que se sobrepõe ao meio natural como verdade absoluta. “Assim, associamos o fluxo linear de tempo ao processo de reprodução do capital”.

Desse modo, a paisagem atual explicita uma ‘memória’ daquilo que lhe constituiu em momentos diversos, tanto do ponto de vista social quanto geográfico; trazendo fixadas as contradições dos eventos sociais acumuladas pelo tempo, que dão forma, função e estrutura ao espaço geográfico. Essas assimetrias são definidas por Santos (2009, p.140) como “rugosidades da inércia da dinâmica do espaço”. Ou seja, representam:

[...] o que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas sociais com o trabalho.

Segundo o autor, as rugosidades, analisadas individualmente ou nos seus padrões, esclarecem combinações e/ou situações que eram as únicas possíveis em um determinado tempo e lugar dados. Nessa perspectiva, a natureza e a intensidade da artificialização do meio ambiente consistem uma expressão particular do patrimônio essencial para a localização dos eventos pretéritos e atuais de um espaço/paisagem, que surge como:

[...] o testemunho de um momento, de um modo de produção nestas suas manifestações concretas, o testemunho de um momento do mundo. Assim, o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas pré-existentes enquanto que outros criam novas formas para se inserir dentro delas (SANTOS, 2004, p.173).

De fato, é preciso estabelecer uma preocupação crítica que possibilite distinguir no espaço total suas partes constitutivas; levar em conta a dimensão temporal para pensar o espaço tal como ele é, uma dimensão dinâmica da realidade, assim como as relações sociais. Por esse entendimento, faz-se necessário analisar como o agronegócio responde aos imperativos da globalização, que referenciam e influenciam aspectos da produção econômica, conferindo-lhe uma feição particular, no sentido compreendido por Santos (2009), para quem o agronegócio é responsável por coordenar uma agricultura propriamente científica, comandada pela internacionalização do capital financeiro e marcada pelo aprofundamento das técnicas e de sua difusão mas, principalmente, por novos significados quanto à produção agrícola e quanto às relações sociais de trabalho e com os ecossistemas naturais. Por fim, refletir como o agronegócio produz e reproduz eventos que alteram a paisagem, considerando como seus constituintes a natureza, as intervenções humanas e os processos políticos e sociais que mediam as relações nesse ambiente.

Agronegócio, que palavra é essa?

As raízes epistemológicas de agronegócio derivam de *agribusiness*, expressão surgida nos Estados Unidos da América, em meados da década de 1950, quando os estudiosos John Davis e Ray Goldberg, da *Harvard Business School* perceberam que agricultura, pecuária e atividades congêneres não deveriam ser analisadas em separado, haja vista a interdependência encontrada nos negócios desses três setores econômicos. Para tanto, através do conceito de matriz insumo/produto derivada da teoria neoclássica da produção de Wassily Leontief, que permite calcular o fluxo de entrada que deve ocorrer para se obter determinado fluxo de saída entre insumo e produtos, organizaram aqueles setores segundo a integração de um sistema agroindustrial. Sendo assim, definiram-no como a soma de todas as operações envolvidas no processamento e na distribuição dos insumos

agropecuários, as práticas de cultivo e colheita na fazenda; e o armazenamento, o beneficiamento e a distribuição dos produtos agrícolas e seus derivados (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

Ressalte-se que a noção de *agribusiness* teve ampla repercussão na escola francesa de economia agrícola, no início da década de 1970, onde foram desenvolvidos trabalhos sobre *filière* ou cadeia agroalimentar, para representar o caminho percorrido por um determinado bem dentro do bloco produção/transformação/distribuição e os distintos fluxos que a ele estão ligados.

Esses dois paradigmas inscreveram na arena intelectual brasileira reflexões sobre Complexos Agroindustriais (CAIs) que, *a priori*, focalizam a setorização técnica/econômica e as relações de poder expressas nas transformações de certos bens (*inputs*) em outros (*outputs*), segundo critérios fixos para a reprodução ampliada do capital (POSSAS, 1991).

A despeito disso, Graziano da Silva (1998, p.75) toma-os como base de análise para realçar “a mudança nas inter-relações entre o setor agrícola e o restante da economia, que tem se acentuado no Brasil desde o pós-guerra”. Essa modificação se verifica no progressivo processo da modernização tecnológica do campo, cuja articulação de interesses entre agentes públicos e privados convergiram em políticas favoráveis ao segundo grupo.

A proposta era efetivar a agregação agricultura/indústria pelas duas matrizes: insumos e produtos, consolidando a industrialização da agricultura. Para Heredia, Palmeira e Leite (2010, p.160), a percepção sobre agronegócio apresentar-se-á radicalizada justamente neste plano, posto que “o lado “agrícola” perde importância e o lado “industrial” é abordado tendo como referência não a unidade industrial local, mas o conjunto de atividades do grupo que a controla e suas formas de gerenciamento”.

Isso implicou, entre outras coisas, em crescimento agrícola e aumento da produtividade; contudo, é preciso referir um contraponto sobre o movimento de expansão das atividades conseqüentes da nova engenharia produtiva. Trata-se da atuação estatal no sentido da preservação de antigas matrizes políticas, como a concentração da propriedade da terra, dos meios de produção e da renda. Também, tampouco promoveu mecanismos compensatórios sobre seus efeitos nos ecossistemas naturais e nos modos de vida, ou seja, a modernização do espaço

rural se configurou conservando um passivo de problemas agrários e mantendo a presença do Estado como seu grande agenciador.

Do ponto de vista da sistemática de produção propriamente dita, o agronegócio se apresenta organizado em cadeias produtivas articuladas nos mercados internos e externos, consolidando relações entre ambos. Os novos desafios dos mercados, como a competitividade internacional, a sensibilidade dos investidores internacionais aos fenômenos econômicos do mundo inteiro, experimentados em tempo real, têm levado a outra diferenciação do agronegócio, que é a adoção de rearranjos produtivos e comerciais, com vistas à permanência promissora, bem como à ampliação de participação nos mesmos. Essa nova engenharia de negócios fez com que surgissem as grandes *trades* do agronegócio, articulando cadeias de atividades estruturadas desde o processo de produção e comercialização das safras, passando pelo financiamento, geração de insumos, comercialização, transporte etc.

Portanto, destaca-se o imperativo de uma abordagem complexa do agronegócio; vendo-o não apenas como uma estratégia moderna de produção agrícola, que se organiza sob novas bases organizacionais e de gerenciamento, mas como um projeto sociopolítico organizado em torno de elites agrárias que defendem a presença atuante do Estado na proteção dos interesses de um segmento social que produz para o mercado de *commodities*, por sua vez, articulado aos interesses do capital financeiro internacional.

Participação do Estado brasileiro na expansão do agronegócio

Os aspectos que possibilitam compreender o curso do agronegócio no Brasil se manifestam nas mudanças dos padrões de reprodução do capitalismo na agricultura, na segunda metade do século XX, quando as metas instituídas pelo Governo Federal, visando modernizá-la, foram determinantes para o desenvolvimento industrial.

Para Teixeira (2005), ao modernizar-se nos moldes capitalistas, a agricultura passou a beneficiar tão somente determinados produtos e produtores, uma vez que valorizou e fortaleceu a agricultura empresarial e, ao mesmo tempo, potencializou o consumo de produtos da indústria a montante e a jusante, ou seja, aquelas

responsáveis pela fabricação de bens de capital (D_1) para o campo e processadora de matérias-primas, respectivamente.

Por outro lado, Sauer (2010), discutindo as novas formas de produção do pequeno agricultor, as quais o articulam aos grandes produtores, diz que os ganhos obtidos por tal tecnificação/gerenciamento vêm acompanhados da autoexploração da força de trabalho, da individualização, da racionalização, passando a diluir os códigos interpessoais de coletividades e familismo, mediante a dependência do novo padrão adotado.

Não obstante os aspectos supracitados, o novo *modus operandi* passa a evidenciar outra lógica nas relações homem/natureza, em que o curso da apropriação dos bens ambientais é ritmado pela necessidade de crescimento da economia, principalmente da agroindústria (entendidas como unidades de transformação de produtos primários do campo). Para Kageyama et al. (1996, p.114), esse panorama, inclusive sua progressão, evidenciou-se porque as múltiplas relações de interdependência entre agricultura e indústria não mais poderiam ser negligenciadas, já que a “subordinação da natureza ao capital que, gradativamente, liberta o processo de produção agropecuária das condições naturais dadas, passando a fabricá-las sempre que se fizerem necessárias”, tornara-se circunstância essencial para a instalação do agronegócio.

E para efetivá-la, foi importante a consolidação de mercado interno para os produtos agrícolas e para a força de trabalho, mas, principalmente, a composição da indústria de insumos básicos, bens de capital, energia e alimentos. Esse complexo de medidas foi, a partir da década de 1960, dirigido pelo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), particularmente, sua segunda edição.

Situado nesse contexto, o PND estabelecia volumosos investimentos no departamento produtor de bens de capital e insumos (D_1), passando o Estado a subsidiar o crédito agrícola, capitalizando especialmente médios e grandes estabelecimentos rurais, de modo a incorporarem máquinas, equipamentos e insumos modernos (sementes selecionadas, fertilizantes químicos e pesticidas, etc.) nas suas atividades. Como é de se esperar, tal estratégia política não resolveu as disparidades sociais do campo brasileiro, pelo contrário, acirrou-as.

Ressalta-se que as metas do projeto desenvolvimentista elaborado pelo Governo Federal se efetuaram por meio de políticas macroeconômicas cunhadas

dos estudos da Comissão Econômica da América Latina (Cepal), criada após a Segunda Guerra Mundial, visando à elaboração de propostas que diminuíssem o atraso dos países latinos no continente americano. Destarte que as perspectivas cepalinas se alicerçavam nas ideias da Revolução Verde, provenientes dos Estados Unidos e Europa, que presumiam combater a fome e a miséria através da radical incorporação do componente técnico/científico no processo produtivo. Entretanto, a aplicação do pacote tecnológico não ampliou os interesses de mudança no conjunto do espaço rural, uma vez que para Matos e Pêsoa (2011), a Cepal abstraiu condicionantes sociais e políticos, internos e externos, que caracterizam a história agrária brasileira, dentre eles, o papel da pequena produção.

Nessa mesma direção, Delgado (2001) constata que além do fator produtivo, a modernização da agricultura visava ofertar alimentos; abastecer de matérias-primas e mão de obra as indústrias; expandir as exportações agrícolas e transferir renda para as cidades. Contudo, para atingir tais resultados seriam necessários excelentes níveis técnicos de qualificação humana, de mecanização, de utilização de adubos e, finalmente, de uma estrutura agrária calcada praticamente na grande propriedade rural.

Assim, foi pelos percursos apontados que a participação estatal se mostrou essencial para o contexto agrário/agrícola imposto. Primeiro, concedendo financiamentos através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), instituído em 1965, e preconizado pelo II PND, assim como investindo em pesquisas científicas mediante a criação de instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa), em 1971. Segundo, favorecendo a grande propriedade fundiária e grupos empresariais rurais, ora com a Política de Garantia de Preços Mínimos e seguro agrícola (cujos objetivos se centravam em criar um suporte operacional para os produtores, em virtude da diminuição dos incentivos do crédito rural subsidiado), ora com *benesses* das incorporações de novas áreas (via ocupação e valorização de terras públicas) produtivas nos Cerrados e na Amazônia. Nesses espaços, a infraestrutura necessária à instalação do agronegócio foi disponibilizada mediante a construção de rodovias, pavimentadas ou não, portos, pontes, aeroportos, usinas hidrelétricas, eletrificação rural e a construção de armazéns para grãos. Ou seja, foi o governo, principalmente o militar, que promoveu

a criação de fixos e fluxos capazes de dinamizar a produção e a circulação agropecuária (MATOS; PÊSSOA, 2011).

O avanço para as chamadas regiões de fronteiras, sobretudo no Cerrado, foi facilitado por meio de políticas específicas, sendo destacáveis o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento Agrícola da Região do Cerrado (PRODECER). O POLOCENTRO, criado em 1975, visava integrar áreas do bioma aos Complexos Agroindustriais por meio de subsídios agrícolas, conforme expressam Matos e Pessôa (2011, p.305-306):

Para efetivar o programa, foram selecionadas áreas nos estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Todas as áreas escolhidas já possuíam alguma infraestrutura, estradas vicinais e eletrificação, proximidade com minas de calcário e potencial agrícola favorável, pré-requisitos básicos para suas escolhas. Com base nesses pré-requisitos, as áreas eram classificadas como “prioritárias” ou “secundárias.” As áreas beneficiadas recebiam investimentos em fixos e fluxos. [...] As condições vantajosas de crédito do POLOCENTRO estimularam produtores de outras regiões, principalmente do Sul e Sudeste do Brasil, a migrarem para o Cerrado. Esses produtores eram atraídos pelos benefícios que o programa oferecia e pela vantagem de o preço das terras no Cerrado ser, relativamente, baixo em relação aos preços do Centro-Sul do país.

Já o PRODECER, assinado em 1974, entre o governo brasileiro e o japonês, constituía um acordo para colonizar, ocupar e explorar as terras do Cerrado sob sistemas de cooperativas comandadas pela Companhia de Promoção Agrícola (Campo) uma empresa multinacional arquitetada através de duas *holdings*, a Companhia Brasileira de Participação Agrícola (Basagro) e *Japan-Brazil Agricultural Development Corporation* (Jadeco). A primeira detinha 51% das ações controladas por capitalistas nacionais, enquanto a segunda respondia por 49%, sob o controle dos capitais estrangeiros.

Em geral, tais programas foram os responsáveis diretos pela colonização, modernização e esgotamento dos recursos naturais do Cerrado, fazendo da soja a principal cultura desenvolvida. Isso requereu a vinculação do Estado aos capitais financeiros, a expansão das agroindústrias por meio da constituição dos CAIs e o aprofundamento da dependência da economia agrícola em relação ao mercado internacional.

Mesmo com a criação do SNCR, a expansão do agronegócio dependeu, sobretudo, das circunstâncias econômicas desfavoráveis às quais o Estado interveio, em benefício da agroindústria e da grande lavoura capitalista. Desse modo, a primeira metade da década de 1970 marca momentos adversos na estabilidade econômica do país, ora com taxas de crescimento do PIB superiores a 10% a.a. e índices de inflação no patamar de 20% a.a., caracterizando o período conhecido como o “milagre econômico”, ora com inversões significativas daqueles resultados, pois no final daqueles anos a inflação superava índices de 40%, com declínio acentuado do PIB ano a ano, cuja dívida externa já avizinhava US\$ 60 bilhões (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

Nos anos seguintes, instaura-se um contexto de crises econômicas e restrições de crédito, que incidem diretamente no desenvolvimento do setor agropecuário; as causas desse cenário se relacionavam ao descontrole inflacionário e aumento do *déficit* público, fatos agravados pelos choques do petróleo de 1973 e, principalmente, de 1979. Cabe mencionar, também, o abandono do lastro ouro por dólar e os programas recessivos de ajuste impetrados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), a pretexto de controlar o pagamento dos credores internacionais.

Mas para Franco e Pereira (2008), o que caracteriza esse período é a diminuição das políticas agrícolas, principalmente os incentivos do subsídio rural que, aliás, estiveram centrados em culturas que apresentavam atraentes valores relativos no mercado internacional, como: algodão, café, cana-de-açúcar e soja, que representaram 37% do total do valor exportado de lavouras temporárias em 1970, 38% em 1980 e 42% em 1985. Destaca-se que as mudanças estruturais prosseguem nas décadas seguintes, assim, a partir dos anos de 1990 ocorre uma intensa diminuição ou quase extinção dos financiamentos oriundos do SNCR, em razão da crise fiscal do Estado, que se viu obrigado a desregular o câmbio e controlar ou ajustar os gastos públicos. Isso demandou uma maior participação da abertura comercial para entrada de capitais externos, principalmente do setor financeiro, intensificando a internacionalização dos produtos agropecuários, via configuração expressiva do agronegócio.

Ante a argumentação feita até aqui, é preciso lembrar que o padrão técnico adotado não abarcou a totalidade da sociedade rural de forma equitativa, ou seja, a

intervenção planejada por meio do II PND, apesar de disponibilizar a infraestrutura necessária para modernizar o campo, fomentou um profundo descompasso sociopolítico, “bem como a convivência de situações e valores plurais, quando não contraditórios” (SAUER, 2010, p.28), haja vista serem reflexo de disputas políticas de segmentos com posições divergentes no contexto da intensificação do capital.

Isso posto, entende-se que a configuração do agronegócio resultou principalmente da ação estatal concretizada nas disponibilidades de incentivos (subsídios, terras, infraestrutura, assistência técnica, etc.) e ações reguladoras (arrocho salarial, intervenção cambial, controle da inflação, abertura comercial, etc.) a favor da classe patronal e dos grandes grupos empresariais, sobretudo das multinacionais do setor agroindustrial. Dessa maneira, o Estado promove a competitividade da agropecuária moderna nos mercados internacionais, como meio de assegurar saldos crescentes na balança comercial para possibilitar a estabilidade das dívidas externas, no contexto de um projeto neoliberal transnacional, ao qual se filia a economia brasileira.

Impactos do agronegócio no Cerrado: modos de vida e patrimônio natural

A consolidação do agronegócio no Brasil obriga também à reflexão sobre as mudanças das relações sociais de posse e uso da terra e à manutenção ou não dos modos de vida da população, haja vista a crescente pressão para a abertura de novas áreas para a produção de exportáveis.

Pereira (2004) esclarece que a manutenção da sobrevivência e da reprodução familiar constitui os ingredientes que mudam e exigem reafirmação dos valores de preservação da cultura local e extrapolam as funções econômicas. Nesse enfoque, faz-se necessário atentar para os modos de vida dos agricultores, materializados no existir cotidiano, na transmissão transgeracional e se reproduzindo num certo território.

Esse contexto vai ao encontro da proposição de Moraes (2009) de que os modos de vida se revelam através de símbolos, práticas, categorias e regras que funcionam num nível mais profundo que a simples aparência imediata. Ou seja, implicam a combinação de diversas normas e sistemas de conhecimentos que dão sentido à vida das populações locais.

Diante do exposto, acentua-se que os estudos dos modos de vida se tornam relevantes para se compreender os embates produzidos nos processos de expansão do capital. Ao mesmo tempo, considera-se a opinião de Silva (2014), ao afirmar que as experiências vividas pelos agricultores familiares se relacionam a uma cultura produzida muito antes da chegada e expansão do agronegócio nos Cerrados.

Para Silva (2011), a chegada do agronegócio nos Cerrados talvez seja o fenômeno de maior potencial de modificação local e regional, ao propiciar intensas trocas que desencadeia, e sofrem interferências, redimensionando as condições de existência e referências simbólicas territoriais. Nessa perspectiva, constata que as alterações são substancialmente visíveis na organização social da produção, uma vez que a dificuldade de emprego imprime às realidades da população a necessidade de adaptação ao padrão de funcionamento do agronegócio. Explica que o processo de dependência ao agronegócio produz desequilíbrios imediatos nas identidades socioculturais, isto é, no reconhecimento que os agricultores têm dos elementos constituintes de seus modos de vida, de valores culturais, aos quais se encontram identificados.

Do modo que se compreende a questão, tal avanço tem alterado também as características da produção familiar de culturas tradicionais de consumo local e regional, pois de acordo com Pereira (2004), a implantação da agricultura empresarial do agronegócio nos Cerrados, tem operado fortes impactos na sustentabilidade da agricultura de base familiar, pois à medida que transforma essa região em espaços de elevada produtividade granífera, traz impactos às condições sociais, econômicas e ambientais de existência e organização daqueles sujeitos.

Além do mais, Moraes (2009) salienta que as possibilidades produtivas em que se encontram essas famílias nas áreas de chapadas e baixões (áreas deprimidas em relação aos terrenos contínuos) e os limites impostos à reprodução social delas, com a incorporação dos ecossistemas comandada pelo agronegócio, obrigam-nas a reorientarem suas estratégias econômicas e sociais de sobrevivência, segundo uma racionalidade única e excludente de reprodução das condições de vida, isto é, embasada na reprodução pura e simples do trabalho familiar, ou como produto integrado ao agronegócio, o que os condena a redefinirem suas identidades socioculturais e sociabilidades no sistema agrícola familiar.

Como exemplo axiomático, no Piauí, do ponto de vista das populações que ocupam os ambientes, várias pesquisas apontam modificação das técnicas de produção sem observância pelo que existe no local. Fenômenos como a racionalização da vida e do trabalho, a desautorização e desenraizamento do conhecimento tradicional, a desvalorização da cultura local, a perda da terra, a migração da juventude etc., vêm implicando em significativas alterações nos modos de vida, a partir de uma relação assimétrica dos locais com aquilo que é implantado pelos que chegam (MESQUITA; ALVES, 2013; MORAES, 2009; SILVA, 2011, 2014).

Conseqüentemente, num ambiente onde existem poucos ou mesmo a falta de instrumentos de comando e controle para regular o usufruto dos bens ambientais, as empresas aumentaram seus rendimentos e a competitividade (GARRET; LAMBIN; NAYLOR, 2013), fazendo avançar o agronegócio no Cerrado brasileiro.

Nessa perspectiva, segundo os resultados do estudo realizado pelo Programa Monitoramento do Desmatamento dos Biomas Brasileiros por Satélite, criado em 2007 através do acordo de cooperação técnica entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Ibama) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), até o ano de 2009, o bioma contava apenas com 51,2% de remanescentes de floresta, sendo que a cobertura vegetal antrópica ocupava 48,2% de área. E que, entre 2009 e 2010, a taxa anual de desflorestamento era a maior entre os biomas do país, cujo crescimento se fixou em 0,32%. Tais dados apontam para a tendência de degradação, uma vez que 43,6% de floresta nativa foi suprimida até o ano de 2002, e 47,8% até o ano de 2008. Registra que entre 2009 e 2010, os estados do Maranhão e Piauí apresentavam as maiores taxas anuais de desmatamento, com 0,7% e 1,1% respectivamente, e os municípios piauienses Baixa Grande do Ribeiro e Uruçuí lideraram as perdas, pois juntos totalizaram 7,5% de redução do cerrado local em tal período (PMDBBS, 2011).

Do ponto de vista social, outro efeito do alastramento do agronegócio é a persistência da concentração fundiária e seus impactos. Sabe-se bem que a modernização da agricultura brasileira, realizada sem a modificação da estrutura agrária, foi condição necessária para a manutenção do latifúndio, na medida em que médios e grandes estabelecimentos rurais passaram a concentrar um maior número

de áreas às suas atividades; enquanto isso, “na outra ponta do espectro fundiário” (SAUER; LEITE, 2012), os estabelecimentos com menos de 100 ha não figuraram nos planos do projeto desenvolvimentista do Estado.

Não obstante os recentes avanços na política agrária brasileira (como a institucionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabeleceu conceitos, princípios e instrumentos destinados à agricultura familiar), o Incra (2012) alerta para o quadro de domínio da grande propriedade fundiária no país, uma vez que as maiores de 1000 ha correspondem a 1,1% dos 5.498.505 imóveis rurais, concentrando 30,8% da área total, fixada em 186.452.065 ha. Em contrapartida, o estrato com área menor de 100 ha, que somam 3.275.123 unidades, representa apenas 12,3% dos imóveis rurais e ocupa aproximadamente 74,1 milhões de ha.

Além disso, devido ao fato do agronegócio utilizar máquinas e equipamentos modernos e inovações de gestão, se produz uma redução na quantidade de trabalhadores, ofertando sobremaneira serviços temporários e de baixa qualificação. Esse panorama é enfatizado por Browder, Pedlowski e Walker (2008), os quais constatarem que em razão do agronegócio visar o lucro, o capital se expande em lugares onde os custos de reprodução do trabalho são baixos.

Logo, percebe-se, portanto, a existência de uma política sumariamente voltada ao capital agrário, responsável pela proletarização da força de trabalho familiar, ampliação dos desmatamentos e desenraizamento dos valores étnicos culturais.

Considerações finais

A história agrária brasileira é um universo de profundas transformações contraditórias que atingem as paisagens, as pessoas, os animais, o trabalho e a terra. O modelo de desenvolvimento pautado na dependência da grande lavoura e em produtos de maior valor agregado no mercado internacional disseminou em alguns segmentos sociais, mas, principalmente, nas políticas governamentais, a ideia de que o agronegócio resolveria os problemas do campo, gerando efeitos positivos multifacetados, que lhe espelham *status* de carro-chefe da prosperidade socioeconômica do país.

Por outro lado, foi também o Estado quem ativamente disponibilizou as bases necessárias para internalizar o agronegócio; ora ofertando créditos agrícolas para incrementar o uso de pacotes tecnológicos modernos, ora incentivando a colonização e ocupação das fronteiras, sobretudo, no Cerrado, intensificando a concentração da terra, implicando na perda de patrimônio natural, racionalizando o trabalho e a vida, desterritorializando as identidades locais, por fim, impactando paisagens, recursos e modos de vida locais.

Essa expansão veio acompanhada da introdução de novas variedades de culturas, por exemplo, a soja, cuja produção e produtividade caracteriza um espaço agrário/agrícola marcado por elementos de modernidade e atrasadas relações de uso da terra, onde os recursos naturais estão, continuamente e imediatamente, sendo degradados. Dessa maneira, o agronegócio se alastra nos Cerrados, em particular, como elemento de progresso, defendendo e justificando a ideia de que é preciso desmatar para posicionar o Brasil entre as maiores economias do mundo.

Assim, o agronegócio particulariza uma dinâmica que gera efeitos de desintegração cultural e degradação ecológica, simbolizada historicamente por um moderno que avança sobre o modo de vida tradicional, que de alguma maneira, ainda resiste às formas padronizadas da sociedade envolvente, muito embora sofra processos agudos de desterritorialização de diversas ordens. Portanto, constata-se que as rugosidades do agronegócio no Brasil reúnem uma competitividade de mercado com profundas disparidades na posse e/ou propriedade da terra, nas relações sociais de trabalho, na manutenção da cultura local e no uso dos recursos naturais.

Referências

ANTONELLO, Ideni Terezinha. Transformação socioespacial rural mediante a racionalidade capitalista no processo produtivo agrícola. **Campo-Território**, v. 6, n. 11, p. 53-74, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MAPA). **Plano Agrícola e Pecuário 2013-2014**. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/PAP%202013%202014/Folder%20PAP_WEB.pdf. Acesso em: 8 de abril de 2014.

BROWDER, John O.; PEDLOWSKI, Marcos A.; WALKER, Robert. Revisiting theories of frontier expansion in the Brazilian Amazon: a survey of the colonist farming population in Rondônia's post-frontier, 1992-2002. **World Development**, v. 36, n. 8, p. 1469-1492, 2008.

CAMARGO, Luís Henrique Ramos de. **A geoestratégia da natureza**: a geografia da complexidade e a resistência à possível mudança do padrão ambiental planetário. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

DELGADO, Guilherme C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Revista Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 157-172, 2001.

FRANCO, Juliana; PEREIRA, Marcelo Farid. Crescimento e modernização do setor agropecuário paranaense no período de 1970 a 2004. **Revista Agronegócios e Meio Ambiente**, v. 1, n. 11, p. 187-210, mai./ago. 2008.

GARRET, Rachael D.; LAMBIN, Eric F.; NAYLOR, Rosamond L. The new economic geography of land use change: supply chain configurations and use in the Brazilian Amazon. **Land Use Policy**, n. 34, p. 265-275, sep. 2013.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1998.

JEPSON, Wendy; BRÄNNSTRÖM, Christian.; FILIPPI, Anthony. Access regimes and regional land change in the Brazilian Cerrado, 1972-2002. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 100, n. 1, p. 87-111, 2010.

KAGEYAMA, Angela. [et al]. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, Guilherme Costa.; GASQUES, José Garcia; VILLA VERDE, Carlos Monteiro (Orgs.). **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1996. p.113-223.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p.165-205.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e economia do "agronegócio" no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 74, p. 159-176, out. 2010.

INCRA. Sistema Nacional de Cadastramento Rural (SNCR). **Total de imóveis rurais no Brasil em 2012**. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/estatisticas-cadastrais/imoveis_total_brasil.pdf. Acesso em: 30 de março de 2015.

MATOS, Patrícia Francisca; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. **Revista Geo UFRJ**, v. 2, n. 22, p. 290-322, jul./dez. 2011.

MESQUITA, Fernando Campos; ALVES, Vicente Eudes Lemos. Globalización y transformación del paisaje agrícola en América Latina: las nuevas regiones de expansión de la soja en Brasil y la Argentina. **Revista Universitaria de Geografía**, v. 22, n. 2, p. 11-42, 2013.

MORAES, Maria Dione Carvalho de. Um povo do cerrado entre baixões e chapadas: modo de vida e crise ecológica de camponeses(as) nos cerrados do sudoeste piauiense. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. v. 2, estratégias de reprodução social. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD. 2009. p.131-161.

MOTTA, Ronaldo Seroa da. **Economia ambiental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

PEREIRA, Ferdinand Cavalcante. **A sustentabilidade da agricultura familiar no Vale do Gurguéia – PI: construção de novas identidades socioprofissionais**. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

POSSAS, Mário. Concorrência, inovação e complexos industriais: algumas questões conceituais. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, v. 8, n. 1-3, p. 78-97, jan./dez. de 1991.

PROGRAMA DE MONITORAMENTO DO DESMATAMENTO DOS BIOMAS BRASILEIROS POR SATÉLITE. **Monitoramento do bioma cerrado 2009/2010**. Brasília, DF: MMA/IBAMA/PNUD, 2011.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2009.

SAUER, Sérgio. **Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAUER; Sérgio; LEITE, Sérgio Pereira. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. **RESR**, v. 50, n. 3, p. 503-524, set. 2012.

SILVA, Marlúcia Valéria da. **Pisando em terra firme (?): identidades juvenis e reprodução social na localidade rural Roça Nova, Sebastião Leal – PI**. 2011.

Relatório de pós-doutoramento, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. Pequenos municípios e agronegócio: dinâmicas e impactos em Sebastião Leal-PI. **Informe Econômico**, v. 16, n. 31, p. 69-78, 2014.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, v. 2, n. 2, p. 21-42, set. 2005.

Recebido em Junho de 2015

Publicado em Dezembro de 2015